

ESPAÑA – MARROCOS: UM ACORDO INCONCLUDENTE

A reaproximação entre Madrid e o regime marroquino está no seu início, continua a ter muitas incógnitas, e já há evidências de que o caminho não será fácil. Uma coisa é certa: um país europeu desprezou o Direito Internacional e negou as suas responsabilidades no meio de uma grave crise mundial. As consequências não serão benéficas, nem benignas.

Relembrando os factos

Donald Trump reconheceu, a 10 de Dezembro de 2020, a soberania de Marrocos sobre o Sahara Ocidental a troco da formalização das relações diplomáticas entre o reino alauíta e Israel. Foi o primeiro país a fazê-lo. Em Maio de 2021 Rabat cortou oficialmente, sem aviso prévio, os laços de cooperação com a Alemanha. No seguimento da hospitalização em Espanha do Secretário-geral da Frente POLISARIO para tratamento de uma situação grave de COVID, chamou a sua embaixadora em Madrid e empurrou milhares de migrantes indocumentados, muitos deles menores,



Fig. 1: O braço de ferro continua

através da fronteira de Ceuta. Confrontado com uma forte reacção europeia, o governo marroquino retrocedeu. Mas as relações entre os dois países vizinhos mantiveram-se congeladas. Em ambos os casos (Alemanha e Espanha) altos responsáveis governamentais marroquinos afirmaram publicamente que o problema era a posição relativamente ao Sahara Ocidental – esperavam (queriam, exigiam), que os passos de Trump fossem seguidos.

O presidente do governo de Espanha demitiu a sua ministra dos Negócios Estrangeiros e substituiu-a em Julho de 2021 por um embaixador de carreira cuja principal missão, assumida, era a de restabelecer a boa vizinhança com Marrocos. O desfecho veio a conhecer-se no passado dia 18 de Março de 2022: através da casa real marroquina, foi divulgada parte de uma carta dirigida por Pedro Sanchez a Mohamed VI, na qual duas frases confirmavam implicitamente o reconhecimento da ocupação do Sahara Ocidental. A embaixadora marroquina voltou a Madrid de imediato. O governo nunca quis divulgar a carta na íntegra, acabou por ser o diário EL PAÍS a fazê-lo, a partir de uma fuga de informação. A 7 de Abril, Sanchez foi a Rabat selar “uma nova época” nas relações entre os dois países.

Reacções políticas internas

A notícia caiu que nem uma bomba e gerou um dilúvio de posições contra, seja nos círculos partidários, no Senado e no Congresso, seja na comunicação social e na sociedade civil. Choveram artigos, muitos de opinião, a tentarem compreender o que se tinha passado e a condenarem o processo da tomada de decisão, o seu conteúdo e as consequências previsíveis. Houve manifestações na rua em muitas cidades do país, a maior em Madrid. Sanchez, e o seu PSOE (que nem todos os seus membros) ficaram completamente isolados. Mas nada o deteve.

O processo foi inusitado e cria um precedente perigoso: as negociações entre Madrid e Rabat decorreram em segredo. A dita carta é a única peça conhecida e nas circunstâncias anómalas acima mencionadas. O parceiro da coligação governamental, Unidas Podemos, não foi informado, nem a questão aflorada no próprio PSOE. O seu conteúdo contradiz claramente o programa de governo consensualizado pelos dois partidos. O assunto não foi discutido no Conselho de Ministros, nem no Congresso, nem no Senado. A nova posição de Espanha foi uma responsabilidade pessoal assumida pelo presidente do Governo, Pedro Sanchez, e pelo seu ministro, José Manuel Albares. E assim continuou, porque todos os partidos políticos a condenaram publicamente nas duas Câmaras, tendo aprovado uma moção (a 7 de Abril no Congresso, a 27 no Senado) a dizer isso mesmo e a exigir a aplicação das resoluções da ONU. Explicação oficial: a política externa é uma responsabilidade exclusiva do PSOE.

O que vale, num país democrático, uma decisão assim tomada?

O conteúdo é inequívoco. Ao assinar uma carta afirmando que o regime de autonomia para o Sahara Ocidental apresentado por Marrocos em 2007 é a proposta «mais séria, realista e credível» para a resolução do conflito, e que o acordo visa «garantir a estabilidade, soberania, integridade territorial e prosperidade dos nossos dois países», Sanchez não precisa de acrescentar mais nada. Assim se toma partido pela posição marroquina de vir a conceder uma autonomia (nunca detalhada) ao Sahara Ocidental no quadro do reino, pondo de lado a solução preconizada pelo Direito Internacional e pela ONU neste caso – um referendo de autodeterminação. Assim se reconhece a actual ocupação marroquina ao mencionar a «integridade territorial» do país, sabendo-se que para Marrocos ela inclui obrigatoriamente o território saharauí.

Aliás, se não fosse clara a mudança de posição da Espanha, o que justificaria o imediato regresso a Madrid da embaixadora marroquina que estava há meses em Rabat à espera desta capitulação?

A recusa em aceitar esta reviravolta política e os apelos para que seja revertida baseiam-se em vários argumentos, para além dos processuais, já referidos. Ela é contra o Direito Internacional e todas as resoluções da ONU sobre o Sahara Ocidental. Ela é indigna do papel de potência administrante atribuído a Espanha enquanto ex-potência colonial do “território não-autónomo” do Sahara Ocidental e representa uma segunda traição ao povo saharauí (depois da sua “venda” a Marrocos e à Mauritânia, em 1975). Ela omite que Marrocos ocupou o território pela força e “esquece” todas as violações de direitos humanos cometidas desde há 47 anos contra o povo saharauí, que têm sido confirmadas e denunciadas por várias organizações internacionais. Ela coloca-se do lado do agressor e despreza o agredido. Ela contradiz todas as declarações de política externa baseadas no respeito pelo Direito Internacional e pelos direitos humanos.

O ministro Albares teve de comparecer no Senado e no Congresso, Sanchez foi também obrigado a explicar-se perante os e as deputados/as e há pressões para que aí regresso. A sua defesa é simples: Marrocos é um vizinho fundamental, trata-se de garantir a sua cooperação e o seu respeito pela

integridade do país (relativamente a Ceuta e Melilla). Há fluxos financeiros, comerciais, migratórios, que precisam de ser acautelados. São ganhos para Espanha. Quanto ao Sahara Ocidental, nada de especial, nada de novo: Madrid continua a apoiar o processo de negociações conduzido pela ONU...

O que não se sabe

Nas muitas reacções e comentários escritos desde o 18 de Março sobressaem interrogações importantes.

Por que razão foi a parte marroquina a tornar pública a carta de Sanchez e o que levou o PSOE a recusar dar conhecimento da missiva na íntegra? Rabat avançou sem conhecimento de Madrid, criando um embaraço inesperado ao chefe do governo espanhol, ou foi uma manobra planeada para distrair as forças políticas e o público do essencial?

O que foi, de facto, acordado entre Espanha e Marrocos? Só se conhece uma carta de compromissos espanhóis, não seria mais natural a elaboração de um documento conjunto? Nada transpareceu do lado marroquino, houve alguma contrapartida? Madrid deu outras garantias para além do que foi habilmente escrito?

Esta foi uma iniciativa nacional ou faz parte de um projecto mais largo, incluindo nomeadamente os EUA, talvez a França (até agora o principal apoio de Marrocos) e a Alemanha (com a qual Rabat está em fase de reconciliação), no sentido de dar peso às teses e pretensões marroquinas, enfraquecendo o lado saharauí, no quadro negocial?

Como entende o PSOE, senhor absoluto da política externa, posicionar-se face à região do norte de África, nomeadamente à Argélia, da qual a Espanha tem uma forte dependência energética (os números variam entre 30% e 43%)? Quais os cálculos que fez? Como pensa responder à forte instabilidade que gerou?

Consequências para a política externa

No mesmo dia (19 de Março) em que a embaixadora marroquina regressava a Madrid, deixava a capital de Espanha o embaixador argelino, chamado pelo seu governo com efeito imediato. Segundo Argel, ele voltará ao seu posto quando houver «esclarecimentos francos» por parte de Madrid que permitam «reconstruir uma confiança gravemente ferida». A grande preocupação com a abertura de um novo conflito quando se tentava fechar um outro na mesma região, era a continuidade do fornecimento de gás. As autoridades argelinas foram duras para com o governo Sanchez, o Presidente Tebboune afirmou que «o que a Espanha fez é inaceitável, ética e historicamente». Mas também garantiu: «Para tranquilizar os nossos amigos espanhóis, o povo espanhol: a Argélia nunca abandonará os seus compromissos de fornecimento de gás a Espanha, quaisquer que sejam as circunstâncias». No entanto, a empresa estatal de gás argelina avançou a possibilidade de aumentar o preço do combustível vendido a Espanha, ao mesmo tempo que passava a dar prioridade ao relacionamento com a Itália, garantindo-lhe um aumento do fornecimento e a estabilidade dos preços. Mais recentemente, ameaçou o governo espanhol de cortar imediatamente o fornecimento de gás se este fosse reencaminhado para Marrocos, que está com problemas por causa do fecho do gasoduto argelino que passava pelo seu território.

A FPOLISARIO reagiu rapidamente, primeiro através do seu Representante em Madrid, depois publicando um comunicado oficial, a 10 de Abril, no qual anuncia que «decide suspender os seus contactos com o actual governo espanhol (...) até que este apoie as resoluções do direito internacional que reconhecem o direito do povo saharauí à autodeterminação (...)». Ao mesmo tempo, faz questão de valorizar o «seu mais sincero agradecimento, tanto às forças democráticas do Congresso dos Deputados

de Espanha, como ao amplo e transversal movimento de solidariedade com a nossa legítima causa (...).».

A nível internacional registaram-se reacções vagas, a reafirmação de que a solução do conflito está entregue à ONU e de que o novo Enviado Pessoal do Secretário-geral para o Sahara Ocidental merece todo o apoio para desempenhar com êxito a sua missão. Com uma excepção: a recém-nomeada embaixadora dos EUA em Madrid, Julissa Reynoso, afirmou: «Cremos que o plano de Marrocos é razoável» - mas não disse que era o melhor, ficando assim, diplomaticamente, um passo atrás de Sanchez.

É, no entanto, com o regime de Rabat que os problemas continuam a surgir e a avolumar-se. Três exemplos concretos: a questão da abertura das fronteiras entre Marrocos e Ceuta e Melilla, o caso das já chamadas “jazidas de petróleo fantasmas” e a política de repatriamento dos cerca de 23.000 migrantes marroquinos ilegais.

A abertura faseada das fronteiras, fechadas desde Março de 2020, foi anunciada por Madrid como um ponto crucial decorrente da “nova fase” de entendimento com o seu vizinho. Mas não aconteceu até agora porque Marrocos não aceita que se restabeleça a alfândega comercial de Melilla por ele fechada unilateralmente em 2018, recusa a criação de uma instituição semelhante em Ceuta, e não concorda com a proposta de incluir os trabalhadores transfronteiriços na primeira fase de “regresso à normalidade”. O braço de ferro continua e não se sabe quando e como terminará.

Na semana de 18 de Abril Rabat anunciou que havia descoberto novos poços de petróleo de profundidade ao largo das ilhas Canárias. O tema não é novo, mas volta a colocar em cima da mesa a sensível questão da soberania sobre as águas territoriais dos dois países, que Marrocos decretou alargada a seu favor, contando com o domínio da costa saharai. Os eleitos políticos das Ilhas Canárias são claros na recusa da abertura de explorações de petróleo que representam riscos acrescidos para o arquipélago e a Associação de Geólogos e Geofísicos Espanhóis do Petróleo, entre outras entidades, duvidam da existência das jazidas anunciadas e destacam que elas não seriam economicamente rentáveis. Mais um obstáculo na negociação que Espanha queria abrir, nesta nova fase, sobre a delimitação das águas territoriais.

A questão do repatriamento dos migrantes marroquinos ilegais chegados a Espanha é um contencioso antigo entre os dois países e o seu desenlace constituía uma das expectativas proporcionadas pelo acordo alcançado. Agora Marrocos impôs o seu plano, baseado na oportunidade de reafirmar o seu domínio sobre o que chama as “províncias do sul”: a aceitação de até 20 pessoas por voo da *Royal Air Maroc*, ao ritmo de 4 voos por semana, a partir das Canárias e com destino a... El Aiun, a capital ocupada do Sahara Ocidental. Os migrantes, provenientes de diferentes lugares em Espanha, têm de concentrar-se em Madrid e irem depois até Las Palmas para serem “despejados” num único sítio, que do ponto de vista internacional não é considerado dentro das fronteiras marroquinas. O que lhes acontece depois não é importante. O que deve preocupar as autoridades espanholas é que neste quadro a operação demorará pelo menos três anos, e, entretanto, devem entrar no país outros tantos migrantes de forma ilegal.